



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 043/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00031 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

UNIDADE: UCRH - Unidade Central de Recursos Humanos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso as reivindicações salariais realizadas pelos integrantes da SAP e os atos administrativos que seguiram a solicitação inicial até a decisão final, do período de 2014 até a presente data. Documento inexistente. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 043/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à UCRH - Unidade Central de Recursos Humanos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que: *"esta Unidade Central de Recursos Humanos não detém arquivo contendo as reivindicações salariais realizadas pelos integrantes da Secretaria de Administração Penitenciária, do período de 2014 até hoje"*, e, na oportunidade, prestou outros esclarecimentos que entendeu pertinentes. Em recurso o órgão reiterou a resposta inicial e complementou os esclarecimentos prestados. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se a impossibilidade material de se atender ao pedido do recorrente, uma vez que o ente informou que não possui o registro das reivindicações salariais requeridas.
4. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista. Desta forma a declaração de inexistência da informação é satisfatória e atende aos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação- LAI). Nesse sentido, cumpre observar que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal - CRMI - consolidou o entendimento de que *"a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa"* (Súmula CMRI nº 6, de 2015).
5. Oportuno, ainda, lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, que diz: *"A alegação de inexistência de documento / informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Considerando que o órgão comunicou para o interessado não possuir a informação, **conheço do recurso**, e no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da referida Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público